

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 31/07/2013 - Edição 867

Vigilantes de Brasília participam de ato em frente ao MTE



Diretores do Sindesy/DF Tiana, João França, Moisés e Elias participaram das atividades

De maneira descontraída, através de interpretações cômicas, a CUT Brasília realizou nessa segunda-feira (29), em frente ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), ato contra o Projeto de Lei (PL) 4330, de autoria do deputado federal Sandro Mabel (PMDB-GO). A ação, concomitante à reunião de negociação quadripartite que aconteceu na pasta, chamou a atenção da população e dos servidores do MTE, que saíram às janelas para saber do que se tratava o PL 4330. Diretores do Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal (Sindesy-DF) participaram do ato, unindo a força da categoria ao movimento.

A atividade da CUT Brasília e dos sindicatos filiados foi deliberada em Plenária realizada no dia 25 deste mês e, além de repudiar o PL, tem o objetivo de esclarecer a população sobre os prejuízos que ele traz à sociedade. Entre os ataques à classe trabalhadora estão a permissão para a terceirização sem limites, inclusive na atividade essencial da empresa; a legitimação da desigualdade



de direitos entre contratados diretos e terceirizados; e o enfraquecimento da responsabilidade solidária, aquele em que a empresa principal arca com as dívidas trabalhistas não pagas pelas terceirizada. Em outras palavras, o PL 4330 reduz os direitos de todos os trabalhadores, independentemente se estes são do setor público ou da iniciativa privada e, pior ainda, se estes forem terceirizados.

“O nosso futuro esta em jogo. O futuro dos nossos filhos está em jogo. Os direitos dos trabalhadores podem ser jogados no lixo ainda no mês de agosto. Podemos perder direitos básicos e diversas conquistas que nos garantem minimamente a dignidade”, discursou o presidente da CUT Brasília, Rodrigo Britto, de cima do carro de som, na plataforma superior da Rodoviária do Plano Piloto, enquanto militantes cutistas do DF distribuíam à população panfletos informativos sobre o PL 4330.

Super-heróis do Cerrado



Em atividade lúdica CUT esclarece sobre os prejuízos do PL 4330/2004

Quem passava em frente ao MTE achava, pelo menos, inusitada a ação promovida pela CUT Brasília. Uma limusine branca carregava um homem de meia idade, vestido com terno e tomando champanhe na abertura do teto do carro. Ele representava os empresários



Super-heróis Marquinhos Candango e Badarozinho interagiram com os manifestantes

interessados do PL 4330.

Enquanto isso, Marquinhos Candango e Badarozinho, os heróis do Cerrado, interagem com os manifestantes e com a população sobre o Projeto de Lei do deputado Sandro Mabel. Com capa vermelha e munhequeiras do Che Guevara, eles representaram o povo e as organizações sindicais que lutam pela preservação dos direitos trabalhistas.

A dupla continuará atuando nas demais atividades da CUT Brasília. Veja suas “aventuras” na página da CUT Brasília no Facebook.

Reunião não avança

Abordado pelos sindicalistas à porta do MTE após a reunião quadripartite sobre o PL 4330, o relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça da



Relator do PL Deputado Arthur Maia falou com os trabalhadores ao final da negociação

Câmara, deputado Arthur Maia (PMDB-BA), disse que “é muito difícil se chegar a um consenso total” quanto ao PL. Segundo o parlamentar, existe um avanço nas negociações devido a alterações feitas por seu relatório.

A avaliação da CUT, entretanto, rebate a fala do deputado. De acordo com a Central, o relatório de Maia continua colocando em risco o direito dos trabalhadores, quando permite, por exemplo, a terceirização em quaisquer atividades, com um conceito de atividade especializada.

“A bancada empresarial não apresentou a proposta deles. Eles concordam com Arthur Maia e insistem que para fazer a discussão da proposta, tem-se que definir a extensão da terceirização”, disse a secretária de Relações do Trabalho da CUT Nacional, Maria das Graças Costa. De acordo com a dirigente sindical, o relatório de Arthur Maia.

Continua retirando direitos dos trabalhadores. “Não abrimos mão de questões como responsabilidade solidária, igualdade de direitos e a proibição da quarteirização”, afirma.

O coordenador da bancada patronal, Magnus Apostólico, não quis se posicionar e manifestar sobre a reunião, conforme demonstrado no vídeo que pode ser visualizado na página da CUT Brasília no Facebook.

Na próxima segunda-feira, dia 5, será realizada nova reunião entre empresários, Bancada dos Trabalhadores, governo e parlamentares, no Ministério do Trabalho.

Atividades

A CUT Brasília programou uma série de atividade para dizer não ao PL 4330. Na quinta-feira, 1º de agosto, a CUT Brasília realiza Seminário sobre a “Precarização dos Direitos Trabalhistas”, às 19h, no Sindicato dos Bancários de Brasília, com a participação da Associação dos Advogados Trabalhistas do DF, Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público do Trabalho, CUT Nacional, entre outras instituições.

Fonte: CNTV com CUT Brasília

Diretor da CNTV participa de Seminário sobre Precarização dos Direitos Trabalhistas realizado pela CUT Brasília

Seminário sobre
Precarização
dos Direitos Trabalhistas

NÃO AO PL 4330
LADRÕES DE DIREITOS!

Dia 1º de agosto, às 18h30,
no Sindicato dos Bancários (EQS 314/315 Sul)

A CUT Brasília promove o Seminário sobre Precarização dos Direitos Trabalhistas nesta quinta-feira, dia 1º de agosto, a partir das 18h30, no Sindicato dos Bancários de Brasília (EQS 314/315 Sul).

Especialistas em direito sindical e trabalhista e integrantes do Ministério Público e da Magistratura vão expor os atuais instrumentos legais e a jurisprudência que vem amparando os trabalhadores contra a precarização de direitos e contra o

desvirtuamento das relações de trabalho. E esclarecerão os riscos e prejuízos que o PL 4330, o chamado projeto de lei da escravidão, trará aos direitos e às conquistas da classe trabalhadora por meio da flexibilização generalizada dos contratos de serviços e de trabalho.

A CUT Brasília entende que é importante a apropriação dos conhecimentos e dos aspectos jurídicos nesta luta que os trabalhadores estão travando para derrubar o PL 4330. Este é um projeto de lei que representa um violento ataque dos patrões e seus representantes do Congresso Nacional contra a classe trabalhadora e suas entidades sindicais. O PL 4330 rouba direitos, enfraquece a organização dos trabalhadores, desestabilizando e desqualificando a representação sindical. Os patrões ganham instrumentos legais para superexplorar os trabalhadores, reduzindo remuneração, derrubando pisos, ampliando jornadas e se protegendo das atuais ações jurídicas e sindicais contra fraudes trabalhistas.

São os seguintes os especialistas que farão exposições no Seminário:

1. Dr. Eymard Louguercio – Assessor Jurídico da CUT e membro da Diretoria Executiva da Associação dos Advogados Trabalhistas do DF. Ele vem dando suporte legal à elaboração de uma proposta do movimento sindical para se regulamentar efetivamente a terceirização das relações do trabalho, de acordo com interesses dos trabalhadores.
2. Dr. Sebastião Vieira Caixeta – Procurador do Trabalho – Ministério Público do Trabalho.
3. Dra. Zilmara Alencar – Integrante da Comissão de Direito Sindical da OAB/DF e conselheira da Comissão Especial de Direito Sindical da OAB/Nacional.
4. Representante - Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).
5. Chico Vigilante – Deputado Distrital (PT) e diretor da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV)
6. Roberto Policarpo – Presidente do Partido dos Trabalhadores do Distrito Federal.

Vigilantes protestam contra a demissão de colega vítima de sequestro

Cerca de 400 funcionários da empresa de transportes de valores Prosegur fizeram nesta terça-feira (30) um protesto contra a demissão por justa causa de Arildo Gomes Maldonado, que teve a família sequestrada, semana passada, em Hortolândia.

“A empresa me dispensou por justa causa, alegando quebra de procedimento porque eu deixei os bandidos levarem o dinheiro”, contou.

Apesar de estar indignado com a demissão, Maldonado disse que não esperava que os colegas de trabalho se mobilizassem para defender o seu caso. “A empresa voltou atrás e Arildo receberá todos os seus direitos”.

Fonte: Correio Popular



Trabalhadores cruzam os braços contra demissão de colega

Bandidos assaltam carro forte na BR-319

Polícia Rodoviária Federal (PRF) tentaram assaltar no início da tarde de ontem (29), próximo ao KM 80, na BR-319, sentido Humaitá/Porto Velho, um carro forte de transporte de valores.

As primeiras informações apuradas indicam que os assaltantes chegaram até o local em um veículo suspeito de ter sido roubado em Porto Velho, montaram uma barreira, onde se apossaram de outro carro, que passava pela rodovia.

Eles também pararam uma carreta que transportava frios, e um dos bandidos entrou no veículo e obrigou o motorista a chocar-se com o carro forte, para que ele

tombasse e o dinheiro fosse retirado do seu interior.

Durante o choque, pneus da carreta furaram e o carro forte não tombou. Diante da tentativa frustrada, os ladrões fugiram rumo a uma estrada vicinal, localizada próxima ao local da ação criminosa.

Os veículos utilizados na fuga foram encontrados por policiais da 4ª. Companhia Independente de Polícia Militar de Humaitá, após serem abandonados. Um deles foi queimado.

A suspeita é que os bandidos fugiram pela mata.

Fonte: Rondônia Ao Vivo

Roubo a carro-forte será debatido quinta-feira na Câmara de Vereadores

A concentração de roubos a carros-fortes na RMC (Região Metropolitana de Campinas) será debatida na quinta-feira, às 10h, na Câmara de Vereadores de Campinas.

Para o encontro foram convidados os representantes das polícias Federal, Militar, Civil, Guarda Municipal, além dos líderes dos sindicatos de Transportes de Valores e o dos Vigilantes Patrimoniais.

A reunião é resultado de um pedido de ajuda do SindForte (Sindicato dos Trabalhadores em Serviço de Carro-forte) em razão da insegurança instaurada entre os funcionários das empresas de transportes de valores e os funcionários.

Apenas neste ano seis famílias de vigilantes foram sequestradas e os carros-fortes foram assaltados. A última

ação dos bandidos foi na semana passada.

A intenção da audiência pública é cobrar medidas dos comandos das polícias para tentar reduzir os crimes desta modalidade, segundo o vereador Marcos Bernadelli (PSDB), que vai coordenar a reunião juntamente com o colega, Tico Costa (PP).

“Este é um trabalho tenso por natureza. Só que com tantos roubos, o medo tomou conta de todos. O problema é que ninguém dá respostas sobre o porquê de tantos crimes aqui nas cidades”, diz o diretor do sindicato, Lúcio Cláudio Lima.

Fonte: Blog da Rose

TST condena Protege e Bradesco a indenizar familiares de vigilante morto



A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) condenou, por unanimidade, a Protege S/A Proteção e Transporte de Valores e o Bradesco a indenizar familiares de vigilante assassinado durante prestação de serviço ao banco. A decisão reformou entendimento do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP), que havia indeferido o pedido. O valor exato da indenização será calculado pela 85ª Vara do Trabalho de São Paulo.

No dia 18 de julho de 2006, a agência do Bradesco na qual o vigilante, de 31 anos, trabalhava, em São Paulo, foi assaltada. Durante luta corporal com um dos assaltantes, ele foi alvejado por dois tiros e faleceu no local. Três de seus familiares - o irmão, o genro e o cunhado -, então, ajuizaram ação de indenização por danos morais decorrente de acidente de trabalho contra a Protege e o Bradesco.

Em sua defesa, as empresas alegaram que a morte do vigilante se deveu a caso fortuito ou força maior, e não em decorrência de sua atividade empresarial. Por isso, não teriam como evitá-la ou impedi-la. A culpa, dessa maneira, não existiria.

A juíza da 85ª Vara do Trabalho de São Paulo acatou

os argumentos da defesa e julgou improcedente o pedido de indenização. Inconformados, os familiares recorreram da decisão, mas o TRT-SP manteve na íntegra a sentença.

No exame do recurso de revista, a Primeira Turma do TST reconheceu o direito dos autores da reclamação a receber indenização por danos morais. Os ministros reconheceram a existência de responsabilidade objetiva das empresas - que independe de existência de culpa ou dolo, fundamentando-se na chamada teoria do risco profissional -, condenando-as ao pagamento da indenização.

O relator, ministro Walmir Oliveira da Costa, destacou que a Lei 7.102/1983, que regula a matéria, dispõe que a atividade de vigilância ostensiva e o transporte de valores só podem ser executados por empresa especializada, e os vigilantes têm de receber formação em curso autorizado pelo Ministério da Justiça, o que reforça a convicção de que se trata de atividade que põe o trabalhador em risco.

Arbitramento

Embora reconhecendo a obrigação da empresa de indenizar, o valor da condenação não foi definido pela Turma. “A causa não está madura para possibilitar o imediato julgamento do mérito, no tocante ao arbitramento do montante a título de danos morais para os irmãos, sogro, sogra e cunhado do morto”, observou o relator.

Por isso, o processo retornará à 85ª Vara do Trabalho de São Paulo, para que esta promova o cálculo do valor da condenação.

Fonte: TST

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico e diagramação: Aníbal Bispo



site: www.vigilantecntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-11
Cep: 73.300-000 Brasília - DF